
**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE
OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR
ATA DA 58ª REUNIÃO**

Data: 30 de agosto de 2007

Local: Auditório da SRHU, Brasília-DF.

REPRESENTANTES:

- Ministério das Cidades: Valdemar Araújo (valdemar.filho@cidades.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional: José Luiz Miranda de Almeida (joseluiz.almeida@integracao.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Leonardo Mitre A. de Castro (mitre@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia: ausência
- Conselhos Estaduais - MG/ES: Marcelo Garcia Miranda Diniz (mdiniz@iema.es.gov.br)
- Conselhos Estaduais - SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais - CE/BA: Luiz Henrique Pinheiro Silva (luiz.pinheiro@srh.ba.gov.br)
- Conselhos Estaduais - PB/PE: Simone Rosa da Silva (simone.rosa@srh.pe.gov.br)
- Conselhos Estaduais - RN/AL: ausência
- Conselhos Estaduais - PI/SE: João Carlos Santos da Rocha (jcsdrocha@yahoo.com.br)
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Teresa Maria Arruda Lana (teresa.lana@emae.sp.gov.br)
- Irrigantes: ausência
- Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Erivelto Luiz Silveira (eriveltols@sanepar.com.br)
- Indústria: Patrícia H. G. Boson (tita@uaigiga.com.br)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: ausência
- Organizações não Governamentais: Paulo Fernandes Cardoso (paulofernandes@copodhemfe.org.br)

DEMAIS PRESENTES:

- Agustin Trigo (ANA) – agustin.trigo@ana.gov.br
- Célia Maria Brandão Fróes (IGAM / MG) - celia.froes@igam.mg.gov.br
- Célia Regina Buono Palis Poeta (SMA / SP) - celiap@cetesbnet.sp.gov.br
- Diógenes Mortari (ADASA / DF) - diogenes_mortari@yahoo.com.br
- Eneida Mara Moraes Zanella (CETESB / SP) – eneidaz@cetesbnet.sp.gov.br

RELATORIA CTPOAR:

- Raquel Scalia Alves Ferreira (SRHU/MMA) - raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 10h05 do dia 30 de agosto do ano de dois mil e sete, sob a presidência interina do Sr. Leonardo Mitre (ANA), procedeu-se à abertura da 58ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. O presidente interino justificou a ausência temporária da então presidente da CTPOAR, devido ao tráfego aéreo, agradeceu a confiança para presidir essa reunião e a presença de todos. Sugeriu inversão de pauta, o que foi acatado por todos. [Item 3 - Análise técnica da Resolução ANA nº 399/2004, encaminhada pela CTIL – apresentação de reflexões.](#) Com o uso da palavra o **Sr. Diógenes Mortari (ADASA)** iniciou

51 sua apresentação apontando dúvidas que a equipe da ADASA teria sobre casos específicos do
52 DF quanto a aplicação da metodologia da Resolução ANA nº 399/2004. Disse que a intenção
53 era contribuir para o estudo que estaria em voga na CTPOAR, visando a compatibilização da
54 realidade dos diversos estados do país. Primeiramente apresentou as bacias hidrográficas do
55 DF e como primeiro caso para reflexão a situação da utilização de vários nomes em um único
56 rio, conforme o trecho, o que levaria tal trecho ser considerado rio de outro domínio; segundo
57 caso: área de drenagem; comentou sobre a necessidade de se mudar o traçado do rio principal,
58 diante das análises das áreas de drenagem de seus afluentes, podendo ocasionar mudanças nos
59 limites de alguns estados, bem como na interpretação da dominialidade. Ponderou sobre as
60 soluções a serem adotadas, quais sejam: a própria observação da carta cartográfica,
61 considerando a divisão dos estados, ou a manutenção do que estaria em uso. O **Sr. Luiz**
62 **Miranda (MI)** creditou que a dúvida poderia ser minimizada com o uso da metodologia de
63 medição de vazão, considerando a maior contribuição para a marcação do leito principal, e
64 não o uso do parâmetro indireto que seria a área de drenagem. Quanto as reflexões, o **Sr.**
65 **Diógenes Mortari (ADASA)** ainda pontuou sobre: a escala a ser adotada e as inconsistências
66 existentes quando da divisão dos estados, assim sugeriu que fosse definido o que realmente
67 seria da União, dos estados e mencionou que rios de pouca extensão, mesmo sendo da União,
68 poderiam se administrados pelos estados, pela praticidade necessária para a gestão. Sobre os
69 rios existentes em terra de domínio da União, disse que estariam considerando que corpos
70 d'água que tivessem sua nascente e foz nestas áreas seriam de domínio da União, mas se
71 tivessem sua foz no Estado, assim seria de domínio deste, complementarmente, apresentou o
72 Parecer P-022 de 1982, do Consultor Geral da República, Dr. Paulo César Caltado, elaborado
73 para dirimir dúvida quanto a domínio hídrico. Sobre reservatórios colocou a situação de quem
74 seria a responsabilidade das outorgas em um reservatório, quando o rio fosse estadual. O **Sr.**
75 **Leonardo Mitre (ANA)** disse entender que enquanto estiver na área de remanso seria
76 responsabilidade da União. O **Sr. Diógenes Mortari (ADASA)** disse que com as mudanças
77 ocasionadas pela Resolução ANA nº 399, poucos seriam os corps d'água a serem geridos pelo
78 DF e assim questionou se a ANA já teria aplicado tal metodologia para todos os casos. Como
79 proposta acenou as necessidades de: estabelecer critérios vinculados apenas para efeito de
80 classificação, sem a necessidade de alterar nomes dos rios existentes, locais de nascentes ou
81 qualquer outra condição existente; definição com cada Estado os domínio dos rios, face as
82 suas particularidades, com emissão de listagem considerando a escala adequada; definir área
83 de drenagem como instrumento para efeito apenas de classificação, quando houver dúvida; e
84 definir que em terras de domínio da União, os rios que tem sua nascente e foz dentro das
85 terras seriam da União. O **Sr. Leonardo Mitre (ANA)** agradeceu a apresentação e disse estar
86 satisfeito pelas colocações apresentadas por estarem no âmbito do critério pretendido, qual
87 seja, a pactuação. O **Sr. Diógenes Mortari (ADASA)** ainda questionou a possibilidade da
88 gestão de um rio ser dividida por trechos. O **Sr. Agustin Trigo (ANA)**, esclareceu que área a
89 de drenagem seria um critério objetivo, por saber a escala adotada, mas o cuidado estaria com
90 o interesse do Estado. Disse ser muito produtiva as apresentações das dúvidas e colocou-se a
91 disposição para dirimi-las. O **Sr. João Carlos (CERH/SE)** apresentou as dúvidas existentes
92 no caso da mudança de dominialidade, mencionando que haveria no Estado de Sergipe, 6
93 bacias hidrográficas, 3 consideradas da União e 3 do Estado. Relatou que uma dessas bacias
94 possuía 3.600 km², rio principal com 97 km, dos quais 2 km estariam no Estado da Bahia,
95 sendo intermitente, mas que devido a esses dois quilômetros a bacia passou a ser federal e
96 ressaltou a existência de comitê nesta região desde 2002, que as outorgas desta bacia seriam
97 estaduais e que tal situação também envolveria a bacia do rio Piauí. Assim com essas
98 mudanças o Estado ficaria somente com uma única bacia estadual. O **Sr. Roberto Monteiro**
99 **(SRHU/MMA)** ressaltou a necessidade de se observar o “espírito” de bacia, sendo federal ou
100 estadual, não devendo ser patrimonialista, e sim prevalecer o aspecto de integração já que o

101 corpo d'água primeiramente seria da sociedade. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** disse
102 que a referência seria onde a água estaria, contudo poderia haver problemas com a
103 interpretação dada pelo Ministério Público, mas que deveria ser aplicado o princípio da
104 descentralização e que na dúvida sobre a dominialidade, deveria ser do Estado. O **Sr. Luiz**
105 **Henrique (CERH/BA)** sugeriu que cada representante de Estado participante da CTPOAR
106 estudasse o impacto das mudanças e apresentasse os casos de conflito, possíveis de serem
107 pactuados. Lembrou que para a gestão não haveria problema em delegar a outorga, mas sim
108 delegar a fiscalização. Relatou que no extremo sul da Bahia haveria um caso, onde por
109 pequeno trecho de rio a gestão passou a ser da União, mas que toda essa gestão poderia ser
110 pactuada e repassada para o Estado. Comentou ser importante a definição da dominialidade
111 pelos rebatimentos junto aos comitês e o poder deliberativo destes. Ponderou sobre as
112 situações das águas costeiras, sendo dos estados e passando a ser da União no trecho da faixa
113 de 200m, onde poderiam existir projetos de carcinicultura, ocasionando dúvidas quanto a
114 utilização do instrumento outorga e lembrou que para a gestão das águas costeiras não se
115 aplicaria a Lei nº 9.433/97. O **Sr. Diógenes Mortari (ADASA)** ponderou sobre a prática de
116 aplicação da metodologia e que deveria ser observado o máximo de critérios para ser
117 discutidos neste momento. Ponderou sobre o caso de outorgas de captação nas terras de
118 domínio da União. Quanto a zona costeira, disse entender que o rio seria do Estado até a sua
119 foz, fato incompatível, pois os 200m de faixa litorânea seriam consideradas terras da União. O
120 **Sr. Valdemar Araújo (MCidades)** comentou que dominialidade revelaria uma situação de
121 controle, mas não reforçaria o ideal de bacia hidrográfica como unidade gestora, sendo este
122 um ponto a ser dialogado. O **Sr. Marcelo Diniz (CERH/ES)** informou que no Espírito Santo
123 houve uma mudança de dominialidade de um rio que era considerado da União que passou a
124 ser do Estado. Ainda ponderou sobre a competência de gestão para a região costeira quando
125 da carcinicultura e lançamento de efluentes. O **Sr. Leonardo Mitre (ANA)** ponderou sobre a
126 forma de encaminhamento do assunto. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** já sugeriu que
127 fosse encaminhada uma resposta a CTIL informando sobre a análise e elaboração de uma
128 proposta de resolução que seria encaminhada oportunamente. A **Sra. Célia Poeta (SMA/SP)**
129 ressaltou a importância dos estados simularem a aplicação da metodologia e apresentarem os
130 casos conflitantes para que todos conheçam as dificuldades e as exceções à regra. Ponderou
131 qual seria o foco da proposta de resolução a ser elaborada pelo CNRH e existindo essa
132 resolução colaboraria para a pactuação, minimizando problemas no Estado. O **Sr. Agustin**
133 **Trigo (ANA)** disse que em uma visão técnica ficou clara a aplicabilidade de toda a
134 metodologia existente na normativa, mas que sempre deveria ser levado em conta a bacia
135 hidrográfica como unidade de gerenciamento, bem como sua complexidade e a
136 descentralização. Ressaltou a importância de se ter um critério, porém devido as dimensões e
137 peculiaridades de todo o país, deveria ser introduzido elementos de flexibilidade, mas
138 apresentar a capacidade de ser objetiva. O **Sr. Leonardo Mitre (ANA)** sugeriu que os estados
139 então trouxessem situações específicas ainda na próxima reunião, ficando acordado que SP e
140 MG trariam as demandas e que iniciariam a análise do texto da proposta de resolução, assim
141 solicitou que todos trouxessem contribuições. O **Sr. Valdemar Araújo (MCidades)** ponderou
142 sobre as formas de arranjos a serem adotadas para a pactuação, para que se evitasse a
143 transferência de problemas, sem abordar os conflitos institucionais existentes. Disse ainda que
144 a pactuação não poderia ser muito aleatória. O **Sr. Luiz Henrique (CERH/BA)** comentou
145 que o arranjo de pactuação já teria sido apresentado a partir da Lei nº 9433/97, mas que o
146 sistema seria muito novo e por isso as distorções. [Item 2 – Aprovação das Atas da 56ª e 57ª](#)
147 [Reunião da CTPOAR](#). As atas foram aprovadas com modificações. [Item 4 – Análise do](#)
148 [encaminhamento referente a Deliberação Normativa COPAM nº 95/2006](#). O **Sr. Leonardo**
149 **Mitre (ANA)** lembrou a todos que o documento resposta elaborado, surgiu como uma
150 demanda de resposta ao Secretário de Recursos Hídricos que após apreciação encaminharia a

Ministra. Como metodologia de trabalho, sugeriu que fosse projetada a resposta, elaborada por grupo da CTPOAR, conforme encaminhamento da última reunião, composto por Leonardo Mitre, Célia Fróes e Patrícia Bóson, para a leitura geral e aprimoramento do texto, o que foi realizado com a participação de todos os membros presentes, estando o texto final **anexo** a esta ata. A **Sra. Célia Fróes (CERH/MG)** informou que o órgão de recursos hídricos do Estado de Minas Gerais não fora convidado para a elaboração de tal Deliberação Normativa que tanto envolveria recursos hídricos, sendo este um viés da deliberação. [Item 6 – Assuntos gerais e Encerramento.](#) A **Sra. Raquel Scalia (SRHU/MMA)** informou sobre o convite realizado pelos organizadores do 9º Encontro Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica para que as Câmaras Técnicas do CNRH realizassem suas reuniões durante o evento. O **Sr. Leonardo Mitre (ANA)** colocou a matéria em discussão. Após o debate, o convite não foi aceito pelos presentes, devendo sim ser realizada reunião da CTPOAR durante o evento da ABRH no mês de novembro. Sugeriram que para essa reunião a pauta fosse diferenciada, sendo abordados temas nacionais e como sugestão, colocaram a Lei de Saneamento, com ênfase em seu art. 45. Decidiram que a 59ª Reunião da CTPOAR aconteceria em Brasília, no dia 20 de setembro e por terem sido vencidos os itens de pauta e considerando a oportunidade, por estarem em Brasília, de participar do Seminário 9.433 + 10 – Avaliação dos Dez Anos da Política Nacional de Recursos Hídricos, realizado pela ANA, acordaram que esta reunião da CTPOAR se encerraria às 13h e na parte da tarde todos estariam convidados a participar do evento citado. A Reunião então foi encerrada às 13h20, oportunidade que foi reiterado o horário de início da 6ª Reunião do GT revisão da Resolução CNRH nº 12, para às 9h do dia 31/08. [Item 5 – 6ª Reunião do GT revisão da resolução CNRH nº 12.](#) A reunião foi iniciada às 9h32 com comentários referentes aos pontos que ficaram para análise, no caso os artigos e incisos referentes a prognóstico e diagnóstico. Acordaram que o enquadramento, no âmbito do diagnóstico deveria nortear os investimentos e acordos, assim estabelecendo metas. Acordaram também que para a aplicação da resolução em todo o Brasil esta deveria ser flexível considerando as condições de cada localidade, para tanto utilizando a expressão, quando couber, assim não engessando o processo e sim orientando. Comentaram que de uma maneira geral, os comitês não estariam fazendo enquadramento porque não teriam condições de elaborar os prognósticos, sendo esta a dificuldade de aplicação da Resolução nº 12. Ponderaram sobre a importância de se fazer o enquadramento de uma forma completa, vislumbrando a capacidade de suporte e as tendências, não se limitando a somente classificar, mas que essa ação seria política. Ressaltaram a importância da participação do comitê para a pactuação, o que intensificaria a escolha da população. Comentaram que enquadramento seria a ratificação jurídica do Plano de bacia. Ponderaram sobre a possibilidade de se condicionar na outorga as metas progressivas e finais de enquadramento daquela bacia. Discutiram sobre a adoção do termo “desejo” no texto da proposta de resolução, ficando sua definição para próxima reunião. Foi sugerida a adoção da expressão salinas e salobras, conforme Resolução CONAMA nº 357. Como tema para discussão para a próxima reunião, ficou a utilização da colocação da definição da classe 2, conforme Resolução CONANA nº 357 para todos os corpos hídricos, tendo sido apresentadas divergências para sua adoção, onde foram ressaltados o cuidado com a interpretação do Ministério Público, o poder de limitar para não piorar e a limitação na instalação de algumas atividades. Sugeriram que fosse resgatada tal discussão no âmbito do CONAMA para conhecimento do grupo. Comentaram quanto à necessidade de um artigo para que a revisão do enquadramento fosse um processo mais ágil. Analisaram todos os artigos da proposta e acordaram para próxima reunião fariam uma leitura geral de todo o texto, com a intenção de encaminhar para a Câmara Técnica. Como informes, a **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)** avisou que estaria no site <http://www.daee.sp.gov.br>, no item outorga e fiscalização, documento contendo as normas específicas sobre procedimentos de obras hidráulicas, conforme o tipo de obra, sendo uma evolução do trabalho apresentado a essa

201 Câmara em 2005. A **Sra. Andréa Figueiredo (MME)** reforçou a necessidade de resgatar o
202 tema vazão ecológica para a discussão na CTPOAR. Informou que no 11ª de Encontro de
203 Limnologia aconteceram debates sobre o tema, onde se observou grandes disparidades,
204 necessitando assim dessa discussão ser capitaneada. Sugeriram que fosse encaminhado ofício
205 ao Secretário Executivo do CNRH solicitando justificativas para tal tema estar na CTAP e não
206 na CTPOAR, considerando o rebatimento que o assunto possui junto aos órgãos outorgantes,
207 contudo a **Sra. Raquel Scalia (SRHU/MMA)** informou que a CTAP estaria elaborando uma
208 síntese sobre o assunto com os resultados das discussões e que estaria sendo encaminhado
209 para a CTPOAR com sugestão de discussão conjunta entre as Câmaras. Feito os
210 esclarecimentos, a reunião foi encerrada às 16h26.

211
212 Ata aprovada na 59ª reunião, realizada em 20 e 21 de setembro de 2007.
213

Leonardo Mitre
Presidente interino da CTPOAR

Raquel Scalia Alves Ferreira
Relatora da CTPOAR